

Adaptação e validação transcultural do instrumento CARAS: child abuse risk assessment scale

Adaptation and cross-cultural validation of the CARAS instrument: child abuse risk assessment scale

Adaptación y validación transcultural del instrumento CARAS: escala de evaluación del riesgo de abuso infantil

Ednomar Calisto Lauriano ¹

Maria Cristina Antunes²

Murilo Ricardo Zibetti ³

Edward Ko Ling Chan⁴

¹ Universidade Tuiuti do Paraná, Rua Padre Ladislau Kula, 395, Curitiba, PR, CEP: 82010-210. Email: ednomar@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0000-1870-9980>.

² Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, email: mcrisantunes@uol.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-6767-518X>

³ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, RS, email: mrzibetti@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8934-5640>

⁴ Hong Kong Polytechnic University, Kowloon, HK, email: koling.chan@polyu.edu.hk, <https://orcid.org/0000-0001-8508-9224>

Contribuições

E.L.C. e M.R.Z. foram responsáveis pelo design da pesquisa e aquisição de dados. M.R.Z. e M.C.A. foram responsáveis pela análise de dados e interpretação dos dados. Todos os autores foram responsáveis pelo manuscrito, revisaram e concordaram com a versão final do artigo.

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi realizar a adaptação transcultural e a obtenção de evidências de validade do instrumento *Child Abuse Risk Assessment Scale* (CARAS). A adaptação transcultural da CARAS foi realizada através de tradução e retro tradução seguida de análise de juízes especialistas, para obtenção de evidências de validade baseada no conteúdo. Para obtenção de evidências de validade baseada na estrutura interna, foi realizada análise fatorial exploratória. Para verificar a fatorabilidade das questões, foram utilizados os índices KMO (0,77) e Teste de Bartlett ($p < 0,05$) considerados aceitáveis. A confiabilidade foi testada e mostrou-se satisfatória apresentando um alfa de Cronbach de 0,79. Dois itens da escala de controle de raiva não obtiveram cargas satisfatórias e foram excluídos das análises posteriores. A retenção dos itens foi realizada considerando cargas superiores a 0,20 e preferencialmente manutenção no fator inicialmente estudado. A análise de regressão logística foi estatisticamente significativa ($X^2 = 21,861$, $p = 0,0001$). Revelou que 24,3% dos indivíduos pesquisados sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses e 35% deste público praticaram algum tipo de punição física em seus filhos. Deste modo, o estudo demonstrou que os fatores Manejo de Raiva e a Aprovação de Violência também são preditores de perpetração de violência contra criança nos últimos 12 meses. Os resultados do presente estudo sugerem a viabilidade do emprego do instrumento ao contexto brasileiro. No entanto, ressalta-se a necessidade de investigações futuras que busquem aprimorar a compreensão das dimensões aferidas pela CARAS.

Palavras Chave: abuso infantil, avaliação de risco, psicomетria.

Abstract

This study aimed to carry out the cross-cultural adaptation and to obtain evidence of validity of the Child Abuse Risk Assessment Scale (CARAS) instrument. The cross-cultural adaptation of CARAS was carried out through translation and back-translation followed by analysis by Experts judges, to obtain evidence of content-based validity. To obtain evidence of validity based on the internal structure, exploratory factor analysis was performed. To check the factorability of the questions, the KMO indexes (0.77) and Bartlett's test ($p < 0.05$) were considered acceptable. Reliability was tested and proved satisfactory with a Cronbach's alpha of 0.79. Two items on the rabies control scale did not obtain satisfactory loads and were excluded from further analysis. The retention of the items was performed considering loads greater than 0.20 and preferably maintaining the factor initially studied. The logistic regression analysis was statistically significant ($X^2 = 21.861$, $p = 0.0001$). It revealed that 24.3% of the individuals surveyed had suffered some type of violence in the last 12 months and 35% of this public had practiced some type of physical punishment on their children. Thus, the study demonstrated that the factors Anger Management and Approval of Violence are also predictors of perpetration of violence against children in the last 12 months. The results of the present study suggest the feasibility of using the instrument in the Brazilian context. However, it is emphasized the need for future investigations that seek to improve the understanding of the dimensions measured by CARAS.

Keywords: child abuse, risk assessment, psychometrics.

Resumen

El objetivo de esta investigación fue realizar la adaptación transcultural y obtener evidencia de validez del instrumento Escala de Evaluación de Riesgo de Abuso Infantil (CARAS). La adaptación transcultural de CARAS se llevó a cabo mediante traducción y retrotraducción seguida de análisis por jueces expertos, para obtener evidencia de validez de contenido. Para obtener evidencia de validez con base en la estructura interna se realizó análisis factorial exploratorio. Para comprobar la factorabilidad de las preguntas se utilizaron los índices KMO (0,77) y Bartlett Test ($p < 0,05$), considerados

aceptables. La fiabilidad fue probada y resultó satisfactoria, con un alfa de Cronbach de 0,79. Dos ítems de la escala de control de la ira no obtuvieron cargas satisfactorias y fueron excluidos de los análisis posteriores. La retención de ítems se realizó considerando cargas superiores a 0,20 y preferentemente mantenimiento sobre el factor inicialmente estudiado. El análisis de regresión logística fue estadísticamente significativo ($X^2=21,861$, $p= 0,0001$). Reveló que el 24,3% de los encuestados sufrió algún tipo de violencia en los últimos 12 meses y el 35% de esta población practicó algún tipo de castigo físico a sus hijos. Así, el estudio demostró que los factores Manejo de la Ira y Aprobación de la Violencia también son predictores de perpetración de violencia contra niños en los últimos 12 meses. Los resultados del presente estudio sugieren la viabilidad de utilizar el instrumento en el contexto brasileño. Sin embargo, se destaca la necesidad de futuras investigaciones que busquen mejorar la comprensión de las dimensiones medidas por CARAS.

Palabras clave: maltrato infantil, evaluación de riesgos, psicometría.

Introdução

A preocupação com a violência contra crianças e adolescentes tem sido um tema de crescente interesse e investigação na saúde pública em todo o mundo (Kemal *et al.*, 2023; Nation *et al.*, 2023; Shinyemba *et al.*, 2024). O bem-estar e o desenvolvimento saudável da juventude têm se tornado uma prioridade para indivíduos e instituições, impulsionando a busca por estratégias e modelos de intervenção eficazes para combater os danos que afetam cada vez mais essa população vulnerável (Moreschi, 2018). A família, que geralmente é lugar de aconchego e proteção às crianças, tem se tornado um espaço propício para a perpetração dos agravos (Platt *et al.*, 2018). A violência intrafamiliar é uma realidade e representa uma violação de direitos de difícil intervenção, visto que surge de uma complexa combinação de fatores (Schek *et al.*, 2016). A UNICEF ressalta que diversos estudos apresentam números expressivos em todo o mundo, evidenciando o fenômeno enraizado e culturalmente permissivo em muitas sociedades modernas, e conclama os governos a tomarem medidas urgentes para a erradicação da violência. Dentre as medidas, a entidade sugere o fortalecimento do marco político e a promoção de serviços de apoio e atenção às vítimas de violência, bem como a limitação ao acesso ao armamento (UNICEF, 2017).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020), estima-se que metade das crianças com idades entre 2 e 17 anos sejam vítimas de alguma forma de violência a cada ano. A violência emocional afeta uma em cada

três crianças. Observa-se que uma em cada quatro crianças em todo o mundo convive com uma mãe que é vítima de violência de parceiro íntimo (WHO, 2020). A criança ser exposta às situações de violência entre seus pais, mesmo que não presencie tais atos, também gera consequências psicológicas (Barros & D'Afonseca, 2024; Kulka *et al.*, 2020). Internacionalmente observa-se que a punição corporal de crianças é muito frequente no contexto familiar e há um esforço visando a adoção de leis que coíbam este tipo de violência (Lawrenz *et al.*, 2022). Em 65 países há leis de total proibição da punição corporal em qualquer contexto ou local (Havighurst *et al.*, 2023; End Corporal Punishment Org, 2024).

No Brasil, dados do Disk 100 (Brasil, 2024) revelam que foram realizadas 228 mil denúncias de violência contra crianças e adolescentes no ano de 2023, totalizando 1,3 milhão de violações de direitos humanos. Além disso, a violência acarreta enormes custos econômicos, com a OMS calculando gastos anuais de US\$ 581 bilhões no tratamento de vítimas em todo o mundo (ONU, 2020). No Brasil, estima-se que 5,9% do PIB seja gasto anualmente no tratamento de vítimas, abrangendo despesas legais, de saúde e assistência social (IPEA, 2019).

A literatura científica nacional e internacional enfatiza que a violência contra crianças e adolescentes provoca efeitos extremamente nocivos ao seu desenvolvimento integral e que uma das melhores abordagens é prevenir todas as formas de abusos (físico, psicológico, sexual e negligência) (Finkelhor *et al.*, 2015;

Havighurst *et al.*, 2023; Nation *et al.*, 2023; Saini *et al.*, 2019). Neste sentido, uma das atividades mais importantes e difíceis no contexto da prevenção da violência contra as crianças tem sido a identificação precisa do risco ou potencial de maus-tratos em crianças e adolescentes (Chan, 2012). Alguns autores afirmam que a avaliação de risco é fundamental para orientar as decisões dos profissionais que trabalham na proteção de crianças contra maus-tratos. Isso os motiva a procurar técnicas altamente confiáveis e precisas, capazes de identificar probabilisticamente situações futuras de violência (Lawrenz *et al.*, 2022; Lin, 2018). A fim de evitar que as crianças tenham maiores prejuízos à sua saúde integral, a investigação dos riscos de abusos requer o uso de instrumentos confiáveis, cientificamente validados e que expressem medições consistentes. Uma revisão sistemática sobre instrumentos de avaliação de risco de abuso infantil (Saini *et al.*, 2019) demonstrou que existe uma grande variação na metodologia, medição e propriedades psicométricas de instrumentos com esses fins. Não há um único instrumento superior, quando comparados entre si, segundo os critérios de verificação COSMIN (*COnsensus-based Standards for the selection of health Measurement InstrumeNts*). Embora se utilizem alguns instrumentos de avaliação com a finalidade de se realizar a acurácia diagnóstica de abusos infantis, a existência de instrumentos validados e consistentes ainda é bastante escassa no Brasil (Bonfim *et al.*, 2011; Lawrenz *et al.*, 2022).

Todavia, é importante ressaltar as dificuldades de se obter um instrumento capaz de mensurar precisamente um constructo como a violência, por se tratar de um tema permeado por variáveis diversas e que sugere cautela (Bonfim *et al.*, 2011; Saini *et al.*, 2019). Por outro lado, também se destaca o fato de a maioria dos instrumentos existentes serem fundamentados em experiências de violência passada, isto é, o risco é medido a partir das experiências de violência vivenciadas pelas vítimas ou testemunhadas por elas (Chan, 2012). Outro aspecto relevante é a questão da desejabilidade social. Enquanto alguns estudos não concordam que sua influência tenha um impacto negativo

nos questionários de autorrelato, muitos pesquisadores argumentam que ela pode afetar os escores das escalas de autorrelato (Costa, 2020). Sendo assim, é necessário evitar os vieses que envolvem a desejabilidade social, pois esta envolve os valores pessoais e sociais em que o respondente traz em seu repertório comportamental (Chan, 2011; Costa, 2020).

Tendo em vista a carência de instrumentos capazes de avaliar os riscos de abusos na infância, este estudo teve por objetivo realizar a validação transcultural do Child Abuse Risk Assessment Scale (CARAS) (Chan, 2012). O instrumento foi projetado e validado em seu país de origem, a partir de uma amostra significativa da população geral, apresentando resultados consistentes, comparado a outros instrumentos como o Inventário de Potencial de Abuso Infantil CAP (Chan, 2012). Ressalta-se ainda, que o objetivo da CARAS é identificar o risco de maus-tratos contra a criança na perspectiva da população em geral, observando todas as nuances que envolvem tal desafio, incluindo a supressão dos vieses da desejabilidade social.

O CARAS é um instrumento de autorrelato composto por 64 itens, agrupados em cinco fatores: 1. Controle da raiva, 2. Aprovação de violência, 3. Condições estressantes, 4. Vitimização por parceiro Íntimo no último ano, 5. Uso de punição corporal contra crianças no ano anterior. O estudo foi realizado com uma subamostra de 2363 pais que participaram de uma pesquisa populacional sobre violência familiar em Hong Kong em 2004. A análise de dados demonstrou que o instrumento tem uma sensibilidade de 84,1% e uma especificidade de 81,7%. O valor preditivo positivo foi de 21,9% e o valor preditivo negativo foi de 98,8%, tendo uma precisão geral de 81,8% (Chan, 2012).

Método

Foi realizado um estudo com delineamento transversal quantitativo, cujo foco foi adaptar e analisar as propriedades psicométricas do CARAS.

Participantes:

Participaram deste estudo 334 adultos, de ambos os sexos, que tinham filhos (biológicos ou adotivos), que viviam com esses filhos ou que tinham contato em mais de um dia por mês,

residentes nas cinco regiões do Brasil. A média de idade foi de 41,6 anos (DP 8,7) e variou entre 19 e 72 anos. Observa-se que 70,1% eram do sexo feminino e 29,9% do sexo masculino; 57,2% casado, 12,3% divorciado, 18,0% solteiro, 0,9% viúvo, 12,3% viviam junto com parceiro. Com relação à cor de pele ou etnia, 62,3% se consideraram brancos, 12,9% negros, 21,9% pardos, 2,1% amarelos e 0,9% indígenas. Quanto ao grau de instrução, 2,1% afirmaram ter ensino fundamental incompleto, 5,4% ensino fundamental 1 completo ou fundamental II incompleto, 4,2% fundamental completo ou ensino médio incompleto, 25,1% com ensino médio completo ou superior incompleto e 63,2% com superior completo. Quanto à religião, 53,3% eram católicos, 26,3% evangélicos, 5,4% espíritas, e 15% disseram praticar outras religiões. Entre os participantes, 83,2% afirmaram que trabalhavam. Segundo a classificação socioeconômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisas (ABEP), observa-se que 6,9% pertenciam à classe A, 20,1% à classe B1, 40,7% à classe B2, 20,1% à classe C1, 9,6% à classe C2 e 2,1% à classe D e E.

Instrumentos

O presente estudo utilizou o CARAS (Chan, 2012), um Instrumento para a avaliação do risco de abuso físico em crianças. Este é composto por cinco subescalas:

1. Controle da Raiva: este fator é composto por seis questões sobre reconhecer sinais de raiva, conversas consigo mesmo e auto reconforto comportamental.
2. Condições estressantes: este fator é composto por oito questões sobre estresse ou aborrecimentos experimentados na vida diária.
3. Aprovação da violência: este fator é composto por oito questões sobre extensão da aceitação do uso da força física.
4. Vitimização por parceiro íntimo no ano anterior: este fator é composto por 28 questões sobre ter experiência de vitimização por parceiro íntimo (VPI) no último ano, incluindo violência física, psicológica e sexual.

5. Uso de castigo físico contra crianças no ano anterior: castigo físico empregado nos filhos no ano anterior.

Os três primeiros fatores (Controle de Raiva, Condições Estressantes e Aprovação da Violência) tem respostas escalonadas que variam de 1 a 4 (discordo totalmente até concordo totalmente) e seus escores são somados. Os outros dois fatores (Vitimização por parceiro íntimo e Uso de castigo físico contra crianças, tem respostas dicotômicas (sim – não). Se qualquer item do fator foi assinalado como sim, este mesmo será contabilizado como positivo. Caso nenhuma resposta tenha sido assinalada, o fator é considerado negativo. Segundo Chan (2012), o cálculo para o potencial perpetrador de abuso infantil é:

$$V = -8,213 - 0,970 X1 (\text{controle da raiva}) + 1,098 X2 (\text{condições estressantes}) + 1,091 X3 (\text{aprovação de violência}) + 0,010 X4 (\text{vitimização por VPI no ano anterior}) + 0,042 X5 (\text{perpetração de castigos corporais no ano anterior})$$

$$P(\text{risco}(v)) = \exp(V) / (1 + \exp(V))$$

Probabilidade de corte (amostra HK): 11%

Interpretação: o indivíduo cujo $P(\text{risco}(v))$ é superior a 11% é identificado como potencial perpetrador de abuso físico infantil.”

Procedimento

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tuiuti do Paraná (CAAE: 14678819.3.0000.8040). Inicialmente, foi realizada a adaptação transcultural do instrumento CARAS (Chan, 2012), seguindo os critérios de adaptação e validação de instrumentos de Borsa *et al.* (2012). O primeiro passo da adaptação do instrumento foi a sua tradução, realizada por: um médico pediatra nativo americano fluente em português; e um psicólogo e professor de inglês, brasileiro nativo e fluente em inglês: Foi realizada a síntese das duas versões e encaminhada para cinco experts da área de violência contra crianças. Os avaliadores analisaram a estrutura, a formatação, as instruções do instrumento e a adequação das expressões dos itens. Foi realizada uma análise de dados qualitativa e feitos os ajustes solicitados pelos juízes conforme suas indicações. A versão modificada foi aplicada em 20 adultos que tem filhos, com o

objetivo verificar se os itens e as instruções são compreensíveis para o público-alvo. Após esta etapa foi realizada a tradução reversa do instrumento por dois tradutores e encaminhada para o autor do instrumento (Chan, 2012). A versão final foi aprovada e foi realizado um estudo com delineamento transversal quantitativo, cujo foco foi analisar as propriedades psicométricas do CARAS.

Os questionários foram aplicados através da plataforma do *Google Forms*, salvaguardando a proteção do anonimato dos sujeitos e permitindo uma maior autenticidade dos resultados, na medida em que a coleta de dados online concede aos participantes uma maior liberdade para as respostas. Os participantes foram recrutados nas redes sociais *Whatsapp* e *Facebook*, através de mensagens solicitando a participação no estudo. Antes de iniciar a resposta ao questionário, os participantes foram informados sobre o objetivo do estudo e o caráter anônimo, confidencial e voluntário foi assegurado. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o seu aceite, o participante era encaminhado para o formulário de respostas do *Google Forms*.

Análise de dados:

Os dados foram analisados no SPSS 23 e foram realizadas análises quantitativas descritivas. Posteriormente foi realizada uma análise fatorial exploratória no software Factor, para averiguar se essa amostra apresentava os mesmos fatores que no estudo original (Chan, 2012). A análise inicial demonstrou que os itens das escalas de Regulação da Raiva (RR), Condições Estressoras (CE) e Aprovação da Violência (AV) foram considerados reflexivos. Por outro lado, os itens de Histórico de Vitimização do Parceiro Íntimo (H-VPI) e do Histórico de Perpetração de Punições Corporais (H-PPC) foram considerados itens formativos do Risco de Abuso. Por isso, foram adotados dois procedimentos distintos de análise para cada um dos grupos de itens.

O primeiro grupo de itens, composto pelas 22 questões das escalas de (RR, CE, AV), foi submetido à Análise Fatorial Exploratória (AFE). A fatorabilidade foi testada a partir dos índices *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e Teste de *Bartlett*. A análise foi conduzida utilizando-se a matriz de

correlação policórica, com o método de extração *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS) e o método fatorial de rotação oblíqua PROMIM robusta, adequada para este método de extração (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2019). Para a determinação dos fatores, foi utilizada a técnica de Análise Paralela de Implementação Ótima (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011) e, em complemento, a matriz teórica da versão original do instrumento (Chan, 2012). Por fim, para a retenção dos itens foi utilizada a carga fatorial superior a 0,20 e em caso de carga cruzada optou-se por manter o item na escala original. Todas essas análises foram realizadas através do software estatísticos Factor (Ferrando & Lorenzo-Seva, 2017).

A partir da análise fatorial exploratória foi gerada uma pontuação para cada participante, convertida para escore T ($M=50$, $DP=10$) para cada um dos três fatores da amostra. As questões do segundo grupo de itens, Histórico de Vitimização do Parceiro Íntimo (H-VPI) e do Histórico de Perpetração de Punições Corporais (H-PPC), foram utilizadas na análise de regressão logística binária (método *Forward LR*). O objetivo foi investigar em que medida o histórico de Perpetração de Punições Corporais (H-PPC) no último ano poderia ser adequadamente previsto pelo histórico de Vitimização do Parceiro Íntimo (H-VPI) e pelos fatores manejo de raiva, aprovação da violência e condições estressantes.

Resultados

Foi investigada a fatorabilidade dos itens do CARAS. O teste de *Bartlett* ($p<0,05$) foi considerando aceitável e o índice KMO (0,774), minimamente aceitável. Posteriormente, a análise de paralela de implementação ótima indicou uma solução de três fatores, assim como a escala original. A retenção dos itens foi realizada considerando cargas superiores a 0,20 e preferencialmente mantendo os fatores inicialmente estudados. Os itens 1 e 6 da escala de controle de raiva não obtiveram cargas satisfatórias e foram excluídos das análises posteriores. Ao analisar de forma semântica esses itens, observa-se que possivelmente indicam que “acalmar-se” (“consigo me acalmar quando fico chateado” e “quando sinto raiva da

minha família, tento me convencer a me acalmar”) estava mais associado ao “controle da raiva” e os demais itens como “impulsividade agressiva”. A confiabilidade mostrou-se adequada, como se pode observar na tabela 1,

o alfa de Cronbach ficou acima de 0,70 o que segundo a literatura é o minimamente aceitável. Na Tabela 1 estão as cargas fatoriais de cada item a escala.

Tabela 1.

Cargas fatoriais dos itens na análise fatorial exploratória a partir do método Robust Diagonally Weighted Least Squares (RDWLS) e rotação oblíqua PROMIN.

Variável	Controle de Raiva	Condições Estressantes	Aceitação de Violência	Alfa de Cronbach
Não há nada que eu possa fazer para controlar meus sentimentos quando um membro da minha família me incomoda (R)	0,324	-0,161	-0,252	0,764
Geralmente consigo perceber quando estou prestes a perder a paciência com a minha família.	-0,394	-0,054	-0,176	0,790
Sinto meu sangue ferver quando eu começo a ficar brabo com minha família. (R)	0,769	0,009	0,066	0,766
Quando estou com raiva da minha família, digo o que penso sem pensar nas consequências. (R)	0,654	-0,01	-0,039	0,763
Tenho dificuldade em encontrar tempo para as refeições.	0,104	0,642	-0,155	0,771
Minha moradia não é satisfatória (por exemplo, muito barulho, problemas com a estrutura, mal conservada, problemas com os vizinhos).	0,103	0,488	0,263	0,768
Meus amigos me pressionam para fazer coisas que não quero.	-0,018	0,862	0,159	0,762
As pessoas no trabalho ou escola não se dão bem comigo.	-0,016	0,816	0,243	0,764
Meu parceiro (a) muitas vezes me incomoda	-0,123	0,755	-0,047	0,759
As pessoas muitas vezes me interrompem quando estou tentando fazer as coisas	-0,096	0,707	-0,139	0,764
Eu não tenho dinheiro suficiente para minhas necessidades diárias	-0,03	0,56	0,032	0,767
Eu não gosto de meu trabalho ou aulas.	-0,063	0,185	0,492	0,763
Às vezes é necessário disciplinar uma criança com punição/castigo físico.	-0,28	-0,633	0,408	0,790
Em certas situações eu aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido.	-0,041	0,005	0,828	0,756
Quando um menino está crescendo, é importante que ele tenha algumas brigas física.	0,039	-0,055	0,700	0,762
Um garoto que foi agredido por outro deve revidar	-0,139	0,021	0,482	0,761
Uma mulher que tenha sido estuprada provavelmente é parcialmente responsável.	0,272	-0,054	0,756	0,763
Uma esposa não deve se recusar a ter relações sexuais com seu marido.	0,214	-0,011	0,6	0,765
Em algumas situações eu penso que aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido	-0,16	-0,015	0,781	0,768
Às vezes é necessário que os pais deem um tapa em um adolescente que retruca ou está se metendo em problemas	-0,13	-0,076	0,222	0,756

Fonte: Elaborado pelos autores.

Após a realização da análise fatorial, foram analisadas as questões referentes ao histórico de vitimização do parceiro íntimo (H-VPI) e o histórico de perpetração de punições corporais (H-PPC). Observa-se que 24,3% dos participantes da pesquisa sofreram algum tipo de violência de parceiro íntimo nos últimos 12 meses e 35% dos participantes praticaram algum tipo de punição corporal em seus filhos.

A análise de regressão foi realizada para determinar o efeito do escore de vitimização por parceiro íntimo nos últimos 12 meses (H-VPI) e das escalas Manejo de Raiva, Aprovação de Violência e Fatores estressores, na probabilidade de ter praticado punição corporal em seus filhos nos últimos 12 meses (H-PPC) (Tabela 2). O modelo de regressão logística foi estatisticamente significativo ($X^2=21,861$, $p=0.001$). Observa-se que sofrer violência de

parceiro íntimo aumenta em 2.2 vezes a probabilidade de praticar punição física em seus filhos.

A análise demonstrou que os fatores Manejo de Raiva e a Aprovação de Violência também são preditores de perpetração de violência contra criança nos últimos 12 meses.

Tabela 2.

Variáveis associadas à perpetração de punição corporal (H-PPV) contra crianças nos últimos 12 meses. (n=302)

Variáveis	OR todas variáveis			OR variáveis no modelo		
	OR	95% CI	p	OR	95% CI	p
Sofreu violência por parceiro íntimo últimos 12 meses (H-VPI)	2.09	1.40-3.12	0.000	2.20	1.30-3.74	0.003
Manejo de raiva	0.97	0.95-0.99	0.026	0.88	0.80-0.96	0.006
Aprovação de violência	1,01	0.99-1,04	0.157	0.90	0.82-0.98	0.024
Condições estressantes	1,01	0.99-1.04	0.153			

* Regressão Logística Binomial, Método Foward LR

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Discussão

O objetivo geral dessa pesquisa foi realizar a adaptação transcultural e obter evidências de validade do instrumento CARAS, para o contexto brasileiro. Ressalta-se a importância de estudos para elaboração e validação de instrumentos que possibilitem identificar e avaliar precocemente o fenômeno da violência contra a criança, visando incrementar a detecção de casos de maus-tratos (Revorêdo *et al.*, 2016).

Com relação à adaptação transcultural, não há consenso na literatura quanto ao processo de adaptação de um instrumento para outro contexto cultural. No entanto, é amplamente reconhecido que este processo vai além da mera tradução. Alguns autores destacam a importância do rigor no processo de adaptação transcultural, bem como a necessidade de seguir práticas metodológicas que garantam a adequação cultural do instrumento (Borsa *et al.*, 2012; Hambleton, 2005). Na presente pesquisa, a adequação cultural mostrou-se satisfatória após seguir os parâmetros preconizados pela literatura e adotados neste estudo.

Neste sentido, por meio da Análise Fatorial Exploratória, aplicou-se a análise do índice (KMO) e a técnica de esfericidade de Bartlett, buscando atestar a possibilidade de fatorabilidade dos itens. Constatou-se que ambos foram satisfatórios, tendo em vista que a

prova de esfericidade de Bartlett ($p < 0,05$) e o índice KMO (0,774) foram estatisticamente significativos, garantindo a fatorabilidade dos grupos de itens da CARAS (Chan, 2012). Deste modo, a análise das propriedades psicométricas da CARAS encontrou três conjuntos de fatores condizentes com a escala original, a saber, Controle da Raiva, Condições Estressoras e Aprovação da Violência.

A sub-escala de Controle de Raiva originou-se da *Personal and Relationship Profile* (PRP) (Straus *et al.*, 1998) e foi usada para avaliar a capacidade dos entrevistados de controlar a raiva de diferentes maneiras, como auto-apaziguamento e diálogo interno. A sub-escala original consistia em seis itens, que foram classificados usando uma escala do tipo Likert de 4 pontos. Os itens que permaneceram nesse fator e suas cargas fatoriais foram: “não há nada que eu possa fazer para controlar meus sentimentos quando um membro da minha família me incomoda” (0,324); “geralmente consigo perceber quando estou prestes a perder a paciência com a minha família” (-0,394); “sinto meu sangue ferver quando eu começo a ficar brabo com minha família” (0,769); “quando estou com raiva da minha família, digo o que penso sem pensar nas consequências” (0,654).

O segundo fator, Condições Estressantes, avalia a extensão do estresse e aborrecimentos vivenciados pelo entrevistado. A sub-escala

consiste em oito itens, que foram classificados usando uma escala do tipo *Likert* de 4 pontos. Os itens que permaneceram nesse fator e suas cargas fatoriais foram: “tenho dificuldade em encontrar tempo para as refeições” (0,642); “minha moradia não é satisfatória (por exemplo, muito barulho, problemas com a estrutura, mal conservada, problemas com os vizinhos)” (0,488); “meus amigos me pressionam para fazer coisas que não quero” (0,862); “as pessoas no trabalho ou escola não se dão bem comigo (0,816)”; “meu parceiro(a) muitas vezes me incomoda” (0,755); “as pessoas muitas vezes me interrompem quando estou tentando fazer as coisas” (0,707); “eu não tenho dinheiro suficiente para minhas necessidades diárias” (0,56); “eu não gosto de meu trabalho ou aulas” (0,492).

O terceiro fator Aprovação da Violência, uma subescala também derivada do PRP, foi utilizada para medir o nível de aceitação do uso da força física como forma adequada de responder a diferentes situações, como ser agredido por outras pessoas e disciplinar crianças. Os oito itens da sub-escala foram avaliados usando uma escala do tipo *Likert* de 4 pontos. Os itens que permaneceram nesse fator e suas cargas fatoriais foram: “às vezes é necessário disciplinar uma criança com punição/castigo físico” (0,408); “em certas situações eu aprovaria a esposa dar um tapa no rosto de seu marido” (0,828); “em certas situações eu aprovaria o marido dar um tapa no rosto de sua mulher” (0,7); “às vezes é necessário que os pais batam em um adolescente que dá uma resposta malcriada ou se mete em confusões” (0,482); “quando um menino está crescendo, é importante que ele tenha algumas brigas físicas” (0,756); “um garoto que agredido for por outro deve revidar” (0,600); “uma mulher que tenha sido estuprada provavelmente é parcialmente responsável” (0,781); “uma esposa não deve se recusar a ter relações sexuais com seu marido” (0,222).

Após a análise dos itens e fatores optou-se por adotar o critério de que os itens deveriam possuir cargas fatoriais maiores que 0,20 e para os fatores adotou-se a análise de paralela de implementação ótima, evidenciando os resultados da amostra, conforme a tabela 1.

Observa-se que a menor carga foi de 0,222 e a maior foi de 0,862, indicando um resultado congruente. A AFE demonstrou ainda, que dois itens não apresentaram a carga fatorial satisfatória e foram cortadas da amostra. Contudo, o uso da matriz de correlação policórica permitiu uma maior assertividade na identificação dos fatores, demonstrando a semelhança com o estudo original. Neste sentido, alguns estudos sugerem que análises fatoriais que utilizam estimadores amparadas por correlações policóricas tendem a um maior acerto quanto ao número de fatores implícitos aos dados, produzindo estimativas mais consistentes de cargas fatoriais e correlações entre fatores (Asún *et al.*, 2015; Lara, 2014). Isto parece se confirmar neste estudo, em que durante a análise fatorial exploratória, citada acima nos resultados verificou-se que os itens 1 (Consigo me acalmar quando fico chateado) e 6 (Quando sinto raiva da minha família, tento conversar comigo mesmo para me acalmar) da escala de controle de raiva não obtiveram cargas satisfatórias e foram excluídos das análises posteriores. Do ponto de vista semântico, talvez isto se dê pelo fato de “acalmar-se” na cultura brasileira, esteja mais vinculada à ideia de não agressividade, ao passo que para outras culturas, tal palavra esteja mais voltada para a impulsividade.

O quarto e quinto fatores presentes no instrumento original - ter sofrido violência por parceiro íntimo no último ano (H-VPI) e ter perpetrado violência contra crianças no último ano (H-PPC) - juntamente com os outros três fatores, foram submetidos à análise de regressão logística, de forma a investigar a relação de variáveis explicativas, métricas e não métricas e uma variável dependente categórica binária, isto é, busca aferir a probabilidade de ocorrência de um evento e identificar as características dos elementos pertencentes a cada grupo determinado pela variável categórica (Corrar *et al.*, 2007). Os resultados obtidos são consistentes quanto ao caráter preditivo da aferição de risco de abuso físico em crianças conforme a tabela 1, com valores estatisticamente significativos ($X^2=21,861$, $p=0.0001$), o que sugere a confiabilidade ao instrumento, isto é, pode-se considerá-lo

adequado na aferição do que se propõe em relação ao constructo e sua dimensionalidade.

A literatura tem reforçado a importância do uso de instrumentos na detecção de violência contra crianças no âmbito familiar (Krug *et al.*, 2002; Pinheiro, 2006). No Brasil, embora alguns serviços de saúde já utilizem instrumentos de aferição para identificar a violência familiar contra a criança, este acesso ainda é muito limitado (Vital, 2010). Vale ressaltar o quanto é presente o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes. O lar visto normalmente como lugar de proteção, segurança e afeto, pode ser local de agressão (Ferreira *et al.*, 2019). Contudo, nota-se que 35% dos participantes deste estudo relataram ter praticado algum tipo de punição física contra seus filhos nos últimos 12 meses, que é semelhante com outro estudo realizado no Brasil, que indica que 44,1% dos participantes afirmaram que sofreram algum tipo de abuso físico na infância (Zanoti-Jeronymo *et al.*, 2009). Porém, se comparado a índices internacionais, a incidência é muito superior aos EUA (Briere & Elliott, 2003), em que 21% dos participantes de uma pesquisa relataram que sofreram algum tipo de abuso físico. Um estudo realizado em Goiás, com dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), revelou que as notificações de violência física contra crianças foram de 30,3% (Guerra *et al.*, 2019).

Os dados deste estudo demonstram que o uso da violência física como forma de castigo em lares brasileiros ainda é uma prática muito presente e culturalmente tolerada, principalmente como forma de “educação” de seus filhos (Donoso & Ricas, 2009). Cabe ressaltar que temos em vigor uma lei que proíbe o uso dos castigos físicos em crianças e adolescentes no Brasil, Lei Menino Bernardo (lei 13.010/2014), mais conhecida como “lei da palmada”.

Outro dado importante trazido por este estudo é a elevada incidência de violência sofrida por parceiro íntimo, que foi de 24,3%. Este percentual é semelhante ao encontrado em outros estudos nacionais e corrobora com a literatura científica descrita a seguir. Um estudo realizado com mulheres (Barros *et al.*, 2015) obteve uma incidência de 33,3% de VPI. Nas

Américas, a VPI chega a 36% (OMS, 2010). Outro estudo realizado em 2014 revelou uma incidência de VPI de 69,9% para o gênero feminino (Garcia & Silva, 2018). A violência por parceiro íntimo se configura como fator de risco ao abuso físico contra crianças e adolescentes conforme aponta a literatura científica (Chan, 2011; Finkelhor, 2009, 2015; Renner, 2012; Renner & Whitney, 2012).

Por fim, os resultados da análise de regressão logística mostraram como fatores associados à VPI possui chance aumentada em mais de duas vezes para abuso físico (OR 2,09); e os fatores Controle de Raiva (OR 0,95) e Aprovação da Violência (OR 0,99) com chances semelhantes, portanto, considerados preditores de perpetração de violência contra crianças. É importante entendermos que manejar a raiva e a agressividade, numa perspectiva behaviorista, trata-se de um repertório aprendido ao longo da história de cada indivíduo e que esta habilidade é desenvolvida por meio das estratégias de sobrevivência e reforço do ambiente (Skinner, 1984). Neste sentido, a agressão geralmente é produzida através da aprendizagem reflexa, ou seja, ambientes que antes eram neutros, podem se tornar aversivos pelo nivelamento de estímulos e em contrapartida eliciar reações emocionais que contribuam na emissão do comportamento agressivo (Gomide, 1996). Além disso, sabe-se que as experiências afetivas consideradas negativas (raiva e medo) afetam exponencialmente as manifestações de agressividade e reações violentas nos humanos (Cabral *et al.*, 2016).

Com relação a tolerância à violência, o resultado deste estudo corrobora com a literatura científica que demonstra que este fenômeno é muito frequente, principalmente quando envolve a desigualdade de gênero. Deste modo, a tolerância de comportamentos violentos, as experiências pessoais de violência, o enfraquecimento de comportamentos pró-sociais (uso abusivo de álcool) e as desigualdades sociais são preditores de violência (Our Watch, 2016).

Conclusão

O presente estudo contribuiu com a proposição de realizar a adaptação transcultural

e a obtenção de evidências de validade do instrumento. Os fatores da versão adaptada da CARAS permitiram identificar a probabilidade de ocorrência de abuso físico infantil. Nesse sentido, o instrumento contribui com o conhecimento sobre os fatores que colaboram para a desencadeamento da violência física contra crianças e adolescentes. Os resultados do presente estudo sugerem a viabilidade do emprego do instrumento no contexto brasileiro. Estudos dessa natureza podem contribuir para a compreensão e a análise do fenômeno, bem como da relação da violência por parceiros íntimos com o uso de punição física de crianças e adolescentes. Faz-se necessário destacar os índices com evidências razoáveis, o que gera a necessidade de avaliação e investigação das lacunas entre as evidências propostas e adotadas por este estudo. Para tanto, sugerem-se investigações futuras que busquem aprimorar a compreensão das dimensões medidas pela CARAS.

Contudo, é importante destacar que este é o primeiro estudo de adaptação e validação da CARAS no Brasil, portanto novos estudos devem ser realizados. Os resultados são preliminares e referem-se à Análise Fatorial Exploratória, que visa alcançar evidências de validade quanto à sua estrutura interna e se esta se mostra condizente com os aspectos preponderantes da cultura brasileira. Deste modo, a análise fatorial é apenas uma possibilidade de verificação de validade de constructo. Portanto, é necessário realizar novos estudos com outras perspectivas metodológicas, a fim de obter evidências de validade de critério, com a aplicação de outros instrumentos, bem como a pesquisa com grupos clínicos, para fornecer maior robustez às análises. Sugere-se também ampliar o tamanho da amostra.

Todavia, é importante destacar que o CARAS tem potencial para obter bons resultados em relação a outros instrumentos usados para medir o risco de abuso infantil, devido ao fato de não possuir em sua concepção, itens que investiguem a existência de situações de abuso infantil atual ou vivenciados anteriormente, fato que poderia suggestionar o respondente a omitir a verdade. Por se tratar de uma escala de

autorelato, em que os respondentes teriam de assumir comportamentos socialmente condenáveis, a realização da coleta de dados on-line talvez tenha minimizado o impacto da desejabilidade social frente às questões mais sensíveis. Por fim, o objetivo de averiguar as evidências psicométricas da CARAS mostrou-se satisfatório, evidenciado por meio da AFE com cargas fatoriais condizentes ao contexto cultural brasileiro e ponderado pela literatura científica. A identificação de situações de violência é fundamental para o desenvolvimento de trabalhos de prevenção e promoção de saúde, bem como para o fortalecimento de políticas públicas no combate à violência infantil.

Referências

- Asún, R. A., Rdz-Navarro, K., & Alvarado, J. M. (2016). Developing Multidimensional Likert Scales Using Item Factor Analysis: The Case of Four-point Items. *Sociological Methods & Research*, 45(1), 109-133. <https://doi.org/10.1177/0049124114566716>
- Barros, E.N. de. Silva, M.A. Falbo Neto, G.H., Lucena, S. G. Ponzio, L. & Pimentel, A.P. (2015) Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 21(2), 591-598. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.10672015>
- Barros, M. V. V. , & D'Afonseca, S. M. (2024). Impactos da Exposição à VPI no Desenvolvimento infantil: Revisão Sistemática de Literatura. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 1(18), 1-30. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2024.v1.37117>
- Bonfin, C.B., Santos, D.N., Menezes, I.G., Barreto, M.L., Reichenheim, M.E., (2011). Um estudo sobre a validade de construto da Parent-Child Conflict Tactics Scale (CTSPC). *Revista de Saúde Pública*, 27(11), 2215-2226. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011001100015>
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia*, 22(53),

- 423–432. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000300014>
- Brasil (2024). Disque 100: Aprimoramento do sistema garante que mais cidadão denunciem de violações de direitos humanos. <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/2024/01/melhorias-no-disque-100-resultam-em-aumento-de-mais-de-45-no-numero-de-denuncias-de-violacoes-de-direitos-humanos-em-2023-se-comparado-com-2022#:~:text=No%20que%20se%20refere%20aos,de%20viola%C3%A7%C3%B5es%20de%20direitos%20humanos>.
- Briere, J. & Elliott, D.M. (2003). Prevalence and psychological sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. *Child Abuse & Neglect*, 27 (10), 1205–1222. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2003.09.008>
- Cabral, J.C.C., Tavares, P.S., & Almeida, R.M.M. (2016). Reciprocal effects between dominance and anger: A systematic review. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 71, 761–771. <https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2016.10.021>
- Chan, K. L. Co-Occurrence of Intimate Partner Violence and Child Abuse in Hong Kong Chinese Families. *Journal of Interpersonal Violence*, 26 (7), 1322–1342. <https://doi.org/10.1177/0886260510369136>
- Chan, K. L. (2012). Evaluating the Risk of Child Abuse (CARAS). *Journal of Interpersonal Violence*, 27(5), 951–973. <https://doi.org/10.1177/0886260511423252>
- Corrar, L.J., Paulo, E., & Dias Filho, J.M. (2007). *Análise multivariada*. Atlas.
- Costa, A.R.L. (2020). O Controle de desejabilidade social via diferentes formatos de resposta: avaliação da Tríade Sombria. Tese de Doutorado. Universidade São Francisco, Brasil. <https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/427/1928093960990568.pdf>
- Donoso, M.T.V, & Ricas, J. (2009) Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico. *Rev. Saúde Pública*, 43(1), 1-7. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009000100010>
- End Corporal Punishment Org (2024). *Global partnership to end violence against children. Countdown to universal prohibition*. 2022. <https://endcorporalpunishment.org/countdown>
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Program FACTOR at 10: Origins, development and future directions. *Psicothema*, 29(2), 236–241. <https://doi.org/10.7334/psicothema2016.304>
- Ferreira, C.L.S., Cortês, M.C.J.W., & Gontijo, E.D. (2019). Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 3997–4008. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.04352018>
- Finkelhor, D. (2009) Violence, Abuse, and Crime Exposure in a National Sample of Children and Youth. *Pediatrics*, 124(5), 1411–1423. <https://doi.org/10.1542/peds.2009-0467>
- Finkelhor D., Turner, H.A, Shattuck, A. & Hamby, S.L. (2015). Prevalence of Childhood Exposure to Violence, Crime, and Abuse Results From the National Survey of Children's Exposure to Violence. *JAMA Pediatr.*, 169 (8), 746–754. <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2015.0676>
- Garcia, L.P, & Silva, G.D.M. (2018) Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. *Cad. Saúde Pública*, 34(4), e00062317, 1-12. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00062317>
- Gomide, P.I.C. (1996). Agressão Humana. *Torre de Babel: Reflexões e Pesquisa em Psicologia*, 3, 71–87.
- Guerra, H.S., Borges, K.N.G., Maranhão, M.G.M., Inocencio, M.D., Lucena, M.M., Paula, M.B. & Oliveira, R.S. (2019). Epidemiologia da violência contra a criança no Estado de Goiás. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (34), e1420, 1-7. <https://doi.org/10.25248/reas.e1420.2019>
- Hambleton, R. K. (2005). Issues, designs, and technical guidelines for adapting tests into multiple languages and cultures. In R. K. Hambleton, P. F. Merenda, & C. D.

- Spielberger (Eds.), *Adapting educational and psychological tests for cross-cultural assessment* (pp. 3-38). Lawrence Erlbaum.
- Havighurst, S. S., Mathews, B., Doyle, F. L., Haslam, D. M., Andriessen, K., Cubillo, C., ... Higgins, D. J. (2023). Corporal punishment of children in Australia: The evidence-based case for legislative reform. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, 47(3), 100044, 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.anzjph.2023.100044>
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019). *Atlas da violência 2019*. IPEA - FBSP.
- Kemal, S., Nwabuo, A., & Hoffmann, J. (2023). Mental Health and Violence in Children and Adolescents. *Pediatric clinics of North America*, 70(6), 1201–1215. <https://doi.org/10.1016/j.pcl.2023.06.011>
- Krug E.G. et. al (2002), eds. *World report on violence and health*. World Health Organization.
- Kulka, T., Padilha, M. D. G. S., & Antunes, M. C. (2020). Effects of domestic violence against women on their children. *Trends in Psychology*, 28(2), 287-301. <https://doi.org/10.1007/s43076-020-00013-7>
- Lara, S. A. D. (2014). ¿Matrices Policóricas/Tetracóricas o Matrices Pearson? Un estudio metodológico. *Revista Argentina de Ciencias del Comportamiento*, 6(1), 39-48. <https://doi.org/10.32348/1852.4206.v6.n1.6357>
- Lawrenz, P., Freitas, C. P. P., Matos, M., & Habigzang, L.F. (2022). Adaptação da Escala de Crenças sobre Punições Físicas para o Contexto Brasileiro. *Avaliação Psicológica*, 21(2), 197-207. <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2022.2102.20870.07>
- Lin, J. (2018). Values and beliefs as risk and protective factors for physical punishment. *Journal of Child and Family Studies*, 27, 3413-3425. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1153-x>
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2019). Robust Promin: A method for diagonally weighted factor rotation. *Liberabit: Revista Peruana de Psicología*, 25(1), 99-106. <https://doi.org/10.24265/liberabit.2019.v25n1.08>
- Moreschi, M T. (2018). *Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas*. Ministério dos Direitos Humanos.
- Nation, A., Pacella, R., Monks, C., Mathews, B., & Meinck, F. (2023). Prevalence of violence against children in the United Kingdom: A systematic review and meta-analysis. *Child abuse & neglect*, 146, 106518, 1-16. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106518>
- ONU - Organização das Nações Unidas (2020). *Informe do jornal da ONU: Novos dados da Violencia contra Crianças*. <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1700572>
- Our Watch. (2016). *Our Watch awards for exemplary reporting to end violence against women*. www.walkleys.com/awards/our-watch-awards/
- Pinheiro, P.S. (2006). Violência contra crianças: um relatório global. *Ciênc. saúde coletiva*, 11(2), 453-460. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000200022>
- Platt, V. B.; Back, I. C.; Hauschild, D. B.; Guedert, J. M. (2018). Violência sexual contra crianças: autores, vítimas e consequências. *Rev. Ciênc. saúde coletiva*, 23(4) 1019-1031, <https://doi.org/10.1590/1413-81232018234.11362016>
- Renner, L.M. (2012). Tipos Únicos de Vitimização da Violência Familiar e Comportamentos Externalizador entre Crianças e Adolescentes. *J Fam Viol.*, 27, 177-186. <https://doi.org/10.1007/s10896-012-9421-9>
- Renner, L.M. & Whitney S.D. (2012). Risk factors for unidirectional and bidirectional intimate partner violence among young adults. *Child Abuse & Neglect*, 36, 40–52. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.07.007>
- Revorêdo, L. da S., Dantas, M. M. C., Maia, R. S., Torres, G. de V., & Maia, E. M. C.. (2016). Validação de conteúdo de um instrumento para identificação de violência contra criança. *Acta Paulista De Enfermagem*, 29(2), 205–217. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201600029>

- Saini, S. M., Hoffmann, C. R., Pantelis, C., Overall, I. P., & Bousman, C. A. (2019). Systematic review and critical appraisal of child abuse measurement instruments. *Psychiatry Research*, 272, 106-113. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2018.12.109>.
- Schek, G., Silva, M.R.S. da, Lacharité, C., & Bueno, M.E.N. (2016). Professionals and interfamily violence against children and adolescents: in between legal and conceptual precepts. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 50(5), 779-784. <https://doi.org/10.1590/s0080623420160000600010>
- Shinyemba, T. W., Shiode, S., & Devries, K. (2024). Application of geospatial analysis in health research: A systematic review of methodological aspects of studies on violence against children and young people. *Child Abuse & Neglect*, 151, 106730, 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2024.106730>
- Skinner, B. F. (1984). *Contingências do Reforço. Coleção Os Pensadores*. Ed. Abril.
- Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality assessment of ordered polytomous items with parallel analysis. *Psychological Methods*, 16(2), 209-220. <https://doi.org/10.1037/a0023353>
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância (2017). *A Familiar Face: Violence in the lives of children and adolescents*. UNICEF. <https://data.unicef.org/resources/a-familiar-face/>
- Vital, J.F. (2010). *Avaliação dimensional da versão em português da Conflict Tactics Scales Parent-Child: um instrumento de aferição de violência contra crianças e adolescentes*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- WHO (2020). *Global status report on preventing violence against children*. World Health Organization.
- Zanoti-Jeronymo, D.V., Zaleski M., Pinsky I., Caetano R., Figlie N.B., & Laranjeira R. (2009). Prevalência de abuso físico na infância e exposição à violência parental em uma amostra brasileira. *Cad Saúde Pública*, 2009; 25(11), 2467-2479. <https://doi.org/10.1590/1413812320182411.04352018>

Received May 02, 2024

Revision received July 10, 2024

Accepted August, 06, 2024

Copyright: © 2024 by the authors. Submitted for possible open access publication under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>).